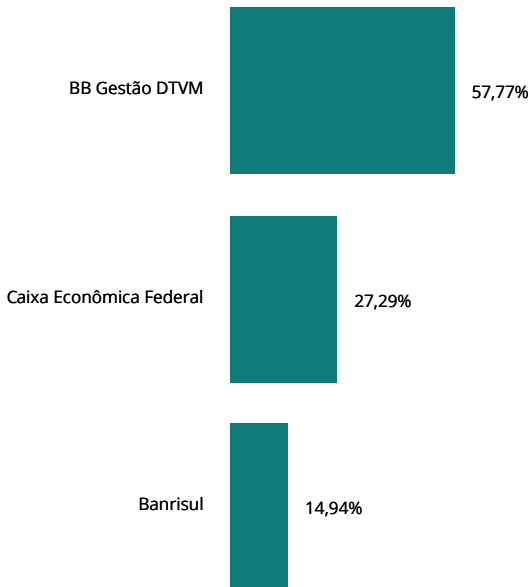


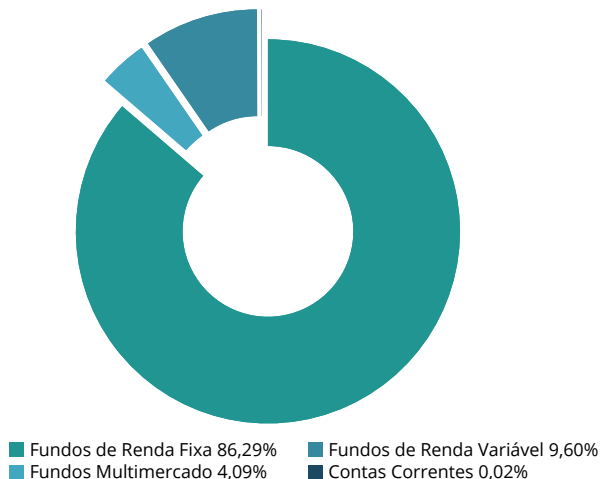
FPSM - PASSO DO SOBRADO

Os recursos do FPSM - Passo do Sobrado são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



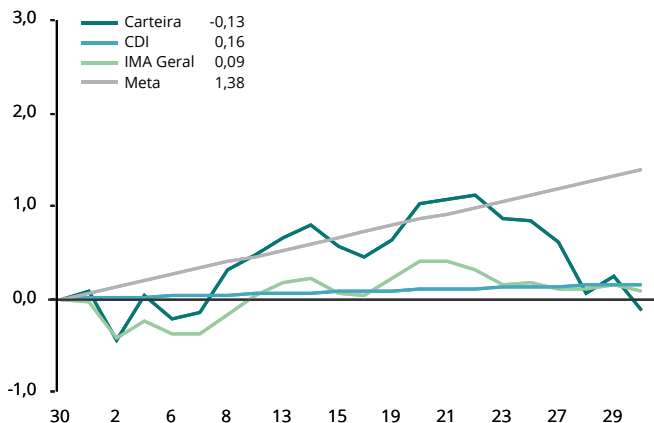
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



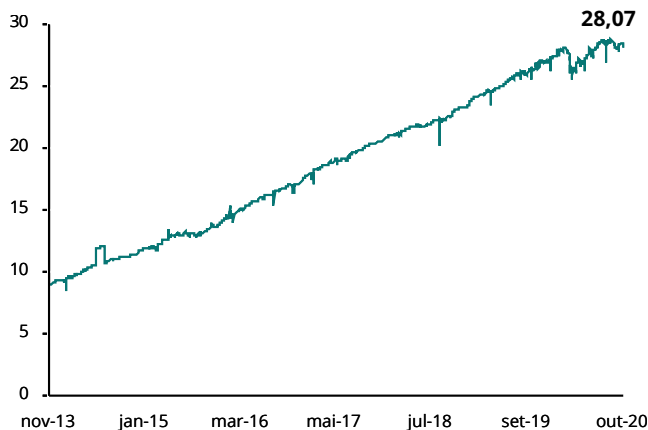
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
FPSM - Passo do Sobrado	-0,13%	-0,15%	0,78%
META ATUARIAL - INPC + 6% A.A.	1,38%	8,07%	11,00%
CDI	0,16%	2,45%	3,20%
IMA GERAL	0,09%	2,49%	2,54%
IBOVESPA	-0,69%	-18,76%	-13,16%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R\$ MILHÕES)



FPSM - PASSO DO SOBRADO

Outubro trouxe um aumento de preocupações provenientes da segunda onda de covid-19 ao redor do mundo, com o número de novos casos diários voltando a aumentar nos Estados Unidos, enquanto se decretavam novas medidas de combate ao contágio na Europa. Aqui no Brasil, o mês não trouxe novas definições sobre o cenário fiscal, fazendo com que as incertezas continuassem ao longo do período.

Na China, dados mostraram a continuidade da sua recuperação econômica, provocada em maior parte por estímulos diretos do governo à indústria local. O PIB do país cresceu 4,9% no terceiro trimestre frente ao mesmo período de 2019, apontando para uma aceleração da economia chinesa. A alta anual de 3,3% registrada no varejo em setembro indicou que a fragilidade da economia estaria diminuindo, dando suporte à tese de que a economia local está efetivamente melhorando.

Na Europa, a continuidade da segunda onda de covid-19 provocou respostas mais duras de muitos países. Os governos da França e Alemanha decretaram lockdown nacional de 30 dias no final do mês, enquanto outras regiões ampliaram suas regras de distanciamento social e decretaram novas medidas de combate ao coronavírus. Com isso, as perspectivas para a economia do continente pioraram ainda mais, movimento evidenciado pela queda do Índice de Gerentes de Compras (PMI) Composto para 49,4 pontos, abaixo dos 50 pontos que separam a expectativa de expansão e a de retração da atividade.

Além disso, dados divulgados durante o mês apontaram para uma desaceleração no ritmo de retomada econômica da zona do euro já em agosto. A produção industrial daquele mês havia crescido 0,7% frente ao mês imediatamente anterior, alta menor do que vinha sendo observada anteriormente. Por outro lado, o PIB da região apresentou uma boa recuperação no terceiro trimestre, crescendo 12,7% em relação ao segundo trimestre deste ano. Ainda assim, essa notícia não foi suficiente para animar os mercados, já que a perspectiva para o último trimestre do ano se tornou ainda mais negativa.

Também em outubro terminou o prazo autoimposto pelo primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, para que seu país chegasse a um acordo pós-Brexit com a União Europeia (UE). Nos primeiros dias de outubro, a UE iniciou um processo de infração contra o Reino Unido, após a aprovação da Lei do Mercado Interno, que contrariava medidas do acordo de transição firmado entre as duas partes. Já o Reino Unido reclamou de que sua contraparte não queria ceder pontos importantes para o país no novo tratado. Assim, o mês terminou sem definições sobre o futuro acordo, mas com continuidade na negociação.

Nos Estados Unidos, as atenções ao longo do mês se voltaram à negociação entre Congresso e governo sobre o novo pacote de estímulos à economia local. Mesmo com o crescimento de novos casos de covid-19 e o fim do prazo estipulado para que se chegasse a um consenso sobre o pacote, a sua aprovação ficou para depois das eleições presidenciais, que ocorrem no início de novembro. Assim, a economia continuou sentindo os efeitos adversos da pandemia, muito embora o aumento do contágio ainda não tivesse provocado resposta do governo estadunidense.

Outro destaque do mês foi a corrida presidencial. O contágio pelo coronavírus do presidente Donald Trump e da primeira-dama no início do mês atrapalhou a sua campanha. Comícios tiveram que ser adiados e aumentaram os questionamentos sobre a condução do atual presidente quanto à pandemia. Porém, após a sua recuperação, Trump conseguiu retomar a sua campanha próximo da metade do mês, com tempo suficiente para reorganizar suas estratégias.

O PIB dos Estados Unidos, divulgado durante o mês, cresceu 7,4% frente ao trimestre imediatamente anterior, representando uma melhora significativa da economia americana durante o processo de reabertura econômica, mesmo sem um novo pacote de estímulos a partir de agosto. Assim, as expectativas para a economia local no final do ano se mantiveram otimistas, mesmo com o recente aumento no contágio da covid-19, já que se projetava uma melhora ainda maior após a aprovação dos novos estímulos.

Aqui no Brasil, outubro começou com uma nota positiva. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniram-se para reafirmar sua parceria e estabelecer um ambiente melhor para a aprovação de reformas. O evento deu fim a um período de relações desgastadas entre os dois, que preocupava os mercados. Desde então, não houve novos progressos quanto às soluções para o cenário fiscal, fazendo com que as incertezas continuassem altas ao longo do mês.

Em meio ao cenário sem perspectivas concretas de melhora para as contas públicas, e ao ambiente de elevada incerteza no Brasil, duas das três principais agências de avaliação de crédito dos países, a S&P Global Ratings e a Moody's, anunciaram que podem diminuir a nota de crédito brasileira em suas próximas avaliações. Além dos fatores econômicos e fiscais, as agências apontaram também para a incerteza política, devido às recorrentes contradições nas declarações de membros do governo. Assim, criou-se mais um fator que contribuiu para piorar o otimismo nos mercados.

FPSM - PASSO DO SOBRADO

Também em outubro, três acordos bilaterais foram formalizados entre o Brasil e os Estados Unidos, durante a visita de um embaixador americano ao nosso país. Com isso, começou a se desenhar uma parceria mais forte, de forma a melhorar o ambiente de negócios. Por outro lado, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução se opondo à ratificação do tratado entre União Europeia e Mercosul, devido a preocupações com a política ambiental brasileira, dificultando assim o estabelecimento do acordo entre as duas partes.

Outro acordo que o Brasil fechou foi com o “programa de solidariedade” da Organização Mundial da Saúde (OMS), cujo objetivo é acelerar os testes de novas vacinas contra a covid-19. Assim, o Brasil passou a participar de testes clínicos para diversos outros agentes imunizantes. A expectativa do governo ao entrar nesse programa era de que o país tivesse maior acesso a dados e pesquisas sobre o vírus, além da possibilidade de acesso preferencial ou facilitado àquelas vacinas que se mostrarem seguras e eficazes.

Ainda, em outubro o governo decidiu por prorrogar até o final do ano a possibilidade de se fecharem acordos entre empresas e funcionários para suspensão de contratos e cortes de jornadas e salários, de forma a evitar demissões e melhorar o ambiente para recuperação pós pandemia. Também, foi decidido zerar os impostos de importação sobre soja e milho, até os primeiros meses do ano que vem, em uma tentativa de conter a alta recente nos preços destes alimentos e de outros produtos que dependem deles.

Os indicadores brasileiros, divulgados ao longo do mês, demonstraram resultados positivos para a economia em agosto, mas apresentaram sinais de desaceleração já naquele mês. A produção industrial havia crescido 3,2% frente a julho, enquanto as vendas no varejo subiram 3,4% e o setor de serviços cresceu 2,9%. No entanto, o mercado de trabalho continuou a ter um pior desempenho em agosto, com o desemprego subindo para 14,4%. Esses dados, juntos da queda no auxílio emergencial a partir de setembro, e da piora do cenário externo, contribuíram para uma visão mais pessimista para o futuro da economia brasileira, com maiores dificuldades para a recuperação da atividade econômica.

Dados do cenário fiscal contribuíram para o aumento da importância da aprovação de medidas de controle das contas públicas para o ano que vem. O resultado primário do setor público de setembro, divulgado no final de outubro, foi de déficit de R\$ 64,56 bilhões, levando a dívida bruta do governo a 90,6% do PIB. Isso reforçou as projeções de que essa relação deve se aproximar dos 100% até o final deste ano.

Por fim, em outubro o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu em sua reunião por manter a taxa de juros em 2% ao ano, conforme antecipado pelo mercado. Em seu comunicado, o comitê avaliou que a atividade econômica continuava necessitando de estímulos, e que o cenário para a recuperação econômica no ano que vem era bastante incerto, o que prescreveria um período mais prolongado de Selic baixa. No entanto, o Banco Central reconheceu o peso crescente de um cenário fiscal equilibrado para que essa manutenção seja possível. Ainda, a aceleração recente da inflação continuou sendo vista como temporária, não levando a mudanças na condução da política monetária no momento. Com essa visão, o Copom não sinalizou qualquer mudança na taxa Selic em suas próximas reuniões.

Em meio a este cenário de elevadas incertezas e piora no ambiente externo, outubro acabou sendo negativo para o mercado de renda variável, embora a bolsa brasileira tivesse experimentado uma alta significativa nas primeiras semanas do mês. Assim, o Índice Bovespa fechou o período com queda de 0,69%. Já no mercado de renda fixa, o mês trouxe uma leve recuperação para a maioria dos índices, que apresentaram correções após as quedas consideráveis ocorridas nos meses anteriores.